

A INSERÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE ALIMENTOS NO MERCADO HORTIFRUTIGRANJEIRO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS-MA¹

Antonio Carlos Reis de Freitas²; Isabella da Silva Braga³; Maria Elisabeth Silva do Carmo⁴; Flávia Arruda de Sousa⁵; Jackson Bouéres Damasceno Júnior⁶.

¹ Este texto é resultado parcial do projeto de pesquisa “Sistema de Informação e Promoção de Produtos e Serviços da Agricultura Familiar” da Embrapa Meio-Norte em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão com apoio financeiro da FINEP; ² Agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Sócio-Ambiental, Pesquisador da Embrapa Meio-Norte, Professor do Curso de Mestrado em Agroecologia da UEMA, Campus Universitário Paulo VI, São Luis, MA. E-mail: carlos@cpamn.embrapa.br; ³ Estudante de Medicina Veterinária da UEMA, estagiária da Embrapa Meio-Norte, Campus Universitário Paulo VI, São Luis, MA. E-mail: isbraga86@hotmail.com; ⁴ Estudante de Medicina Veterinária da UEMA, Campus Universitário Paulo VI, São Luis, MA. E-mail: mariaelisabeth.moreira@bol.com.br; ⁵ Estudante de Agronomia da UEMA, estagiária da Embrapa Meio-Norte, Campus Universitário Paulo VI, São Luis, MA. E-mail: flaviaarrudadesousa@yahoo.com.br; ⁶ Agrônomo, Estudante do Curso de Mestrado em Agroecologia da UEMA, Campus Universitário Paulo VI, São Luis, MA. E-mail: jacksonboueres@bol.com.br

RESUMO: O trabalho mostra resultados de uma ação de pesquisa participativa acerca da inserção da produção familiar de alimentos no mercado local de produtos hortifrutigranjeiros do Município de São Luis-MA. O estudo objetivou mapear a oferta de alimentos a partir de dados levantados junto a produtores familiares integrados ao Programa Compra Direta Local. A metodologia consistiu na aplicação de questionários sócio-econômicos em noventa e nove unidades produtivas por equipes multidisciplinares composta por pesquisadores da Embrapa Meio-Norte, professores e estudantes da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e técnicos do Instituto Municipal de Produção e Renda (IPR). Foram levantados dados sobre o perfil econômico, social e tecnológico, bem como acerca do acesso às políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar. Os resultados da pesquisa permitem inferir que a horticultura consiste na principal atividade agropecuária praticada pelos produtores familiares, uma vez que respondeu por 64,4% do valor comercializado total. A fruticultura com 20,7% ocupa o segundo lugar por ordem de importância, seguida do cultivo de grãos com 10,1% e da cultura da mandioca e derivados com apenas 2,5%. Por sua vez, os produtos de origem animal com 1,8% e os produtos agroindustrializados com 0,6% têm menor representatividade na oferta de produtos hortifrutigranjeiros.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Políticas Públicas; Produção de Alimentos.

1. INTRODUÇÃO

A produção familiar tem crescido nos últimos anos, especialmente após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que além de outras coisas financiou parte da infra-estrutura necessária. Conforme dados da FAO (1997), no período entre 1985 e 1995, houve o aumento em aproximadamente 13% no consumo per capita de frutas e seus derivados na dieta alimentar da população brasileira.

Na Região Metropolitana de São Luis, as feiras concentram mais da metade da comercialização de produtos hortifrutigranjeiros ao passo que os supermercados vendem menos de 3% e os mercados públicos municipais em torno de 2,3% (INAGRO, 2004). Estes dados evidenciam a opção pelos mercados varejistas por parte de produtores e consumidores desses produtos.

No entanto, a partir de 2004 com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os mercados institucionais passaram a constituir uma nova alternativa para os agricultores familiares acessarem os mercados de alimentos. Assim, surge a necessidade da implementação de pesquisas visando esclarecer de que forma está se efetivando a inserção

desses segmentos da agricultura familiar na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional seja como fornecedores ou como consumidores de produtos alimentícios. O incentivo à produção local de alimentos pode combinar uma estratégia de segurança alimentar com a mitigação de impactos ambientais sobre os recursos naturais.

No que concerne à comercialização de alimentos, Dixie (2006) defende que a realização de diagnósticos sócio-econômicos e ambientais visam a identificação das demandas dos produtores familiares, bem como, de suas potencialidades a fim de facilitar a organização dos serviços de assessoria técnica e de apoio a comercialização.

A preocupação em tornar possível o desenvolvimento dos canais de comercialização na Ilha de São Luís do Maranhão é algo recente, o que justifica poucos registros acerca da produção e comercialização no segmento hortifrutigranjeiro. Nessa perspectiva, a Embrapa Meio-Norte em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão, realizou no segundo semestre de 2006 uma ação de pesquisa participativa junto a produtores familiares cadastrados e não cadastrados no PAA com a finalidade de diagnosticar a capacidade produtiva das unidades produtivas e o volume de produtos efetivamente adquirido pelo programa. A pesquisa objetivou traçar o perfil sócio-econômico das unidades familiares e a inserção dos mesmos no mercado institucional de alimentos, por meio do PAA. Com este esforço, a equipe técnica envolvida na pesquisa busca apoiar a estruturação de um sistema de informação de apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar no Município de São Luís.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Ilha de São Luís do Maranhão possui uma área de 827,14 Km² e 998.385 habitantes (IBGE, 2007). Dentre essa população, uma parcela significativa é essencialmente rural a seguir o exemplo do Maranhão que é o único estado da Federação que mais da metade da população reside fora do perímetro urbano. Entretanto, essa vasta parcela da população não tem acesso a serviços públicos de qualidade e nem dispõe de referências tecnológicas adequadas.

Apesar desses entraves, a agricultura familiar num âmbito geral vem sendo estimulada por meio de programas governamentais que objetivam o desenvolvimento sustentável por meio da diversificação da produção e aumento de sua renda. Neste sentido, as principais políticas públicas de apoio à produção familiar, experimentadas pelos agricultores familiares de São Luís, são o PRONAF e o PAA por meio da modalidade Compra Direta Local.

O PAA como um instrumento de política de segurança alimentar e nutricional é uma das ações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujo objetivo é promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (MDS, 2007). Os alimentos adquiridos pelo programa são destinados a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. As regras ditadas pelo MDS estabelecem que o programa adquire os alimentos, sem intermediários de licitação, de agricultores familiares enquadrados no PRONAF (exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral), até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano diretamente no local de produção, eximindo o produtor de gastos com transporte da carga até os locais de efetivação das vendas como feiras livres e Ceasa.

Conforme Costa (2004), o agricultor familiar tem dificuldade em romper a sua dependência da intermediação dos atravessadores para que seus produtos cheguem aos mercados locais. Por outro lado o PAA consiste numa das principais fontes de financiamento dos mercados institucionais que facilita a comercialização dos produtos da agricultura familiar dos povoados de São Luís. Vale ressaltar, entretanto, que nem toda produção familiar está sendo contemplada por este programa. Assim, os atravessadores continuam exercendo importante função na intermediação da comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros.

3. METODOLOGIA

A pesquisa participativa permite uma maior aproximação entre pesquisador e a realidade do produtor rural de modo que possibilita a construção do conhecimento a partir do diálogo de saberes. Neste sentido, Canuto (2006) entende que o desafio da pesquisa agroecológica é integrar a complexidade social com a complexidade ecológica, assim as ações de pesquisa devem ser realizadas com o envolvimento dos atores sociais na sua realidade de maneira que facilita o convívio dos pesquisadores com a diversidade sócio-econômica e cultural, a articulação social, o fortalecimento das convergências de interesse e da auto-estima dos agricultores.

A pesquisa de campo foi implementada no período de outubro a dezembro de 2006 por uma equipe multidisciplinar e inter-institucional composta por pesquisadores da Embrapa Meio-Norte, professores e estudantes dos Cursos de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e técnicos do Instituto de Produção e Renda da Prefeitura de São Luís - IPR.

A partir do zoneamento estabelecido pelo IPR para fins de acompanhamento dos produtores, procedeu-se à escolha dos 10 povoados a serem visitados para a realização das entrevistas. Em seguida, efetuou-se um levantamento de dados cadastrais de produtores tendo como a ferramenta de apoio o SISDAP - Sistema de Declaração Aptidão ao Pronaf, cedida pelo IPR. Após chegar aos povoados, a equipe de entrevistadores buscou localizar as unidades produtivas utilizando uma listagem de produtores cadastrados no Compra Direta Local que foi fornecida pelo IPR. Assim, foram entrevistados 99 produtores nos seguintes povoados: Anajatiua (3), Caracueira (4), Coquilho (18), Igarauá (9), Itapera (21), Matinha (9), Mato Grosso (2), Quebra Pote (17), Tajipuru (12) e Vila Cabral Miranda (4).

A coleta de dados foi possível por meio da aplicação de questionário sócio-econômico junto às unidades familiares. O questionário utilizado para a realização das entrevistas foi formatado em 4 (quatro) seções na coleta de dados:

- a) do produtor e da sua família como sexo, idade, escolaridade, associativismo, beneficiamentos dentre outros aspectos;
- b) sobre o uso de meios de comunicação e de informação pelos membros da família e acesso aos serviços públicos;
- c) da unidade de produção desde a ocupação (não foram apresentados os dados de tamanho) do lote; condições da moradia, de fornecimento de energia e água da propriedade;
- d) da produção e comercialização propriamente dita, cujas variáveis além das culturas, eram área cultivada, unidade e quantidade colhida e comercializada por mês, o valor unitário e a renda total.

A aplicação teste do questionário foi realizada no povoado Coquilho, quando se buscou detectar a inconsistência das perguntas para o levantamento das informações. Desta maneira, foram entrevistadas inicialmente cinco famílias. Por meio dessa visita preliminar foi possível detectar alguns problemas em relação ao questionário que foi revisado. Outra informação importante decorrente da aplicação teste do questionário foi o aprendizado obtido pela equipe técnica, especialmente pelos estudantes, em relação à melhor forma de abordagem dos produtores.

As entrevistas contemplando os produtores dos demais povoados foram realizadas utilizando os questionários já modificados. Assim, para facilitar a receptividade dos entrevistadores e tornar eficiente as idas ao campo, a equipe técnica contactou previamente os produtores líderes das associações locais à fim de que os mesmos fizessem um contato preliminar com os demais explicando os objetivos da pesquisa. De posse dos dados efetivou-se a tabulação dos mesmos em planilhas de Excel organizadas em função das seguintes variáveis: produtor, produto, unidade, principal comprador, quantidade, preço unitário, valor comercializado e período da compra.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Dos dados das famílias de agricultores

Sobre o perfil dos agricultores familiares, nota-se que predominantemente o papel de chefe de família e responsável pela produção agropecuária é exercido por homens. Das 99 famílias entrevistadas nos povoados estudados que atuam no setor da agricultura familiar, 71 eram chefiadas por homens e somente 28 por mulheres.

Para efeito de análise da faixa etária dos agricultores familiares, os entrevistados foram classificados em cinco categorias (ver Quadro 1). Constatou-se que 30,3% enquadram-se na faixa etária entre 41 e 50 anos e que há uma redução significativa de produtores a partir dos 60 anos de idade, representando somente 6,1% do total de entrevistados.

Quadro 1: Faixa etária dos chefes de família das unidades produtivas

Faixa Etária	Produtor	%
20 a 30 anos	21	21,2
31 a 40 anos	23	23,2
41 a 50 anos	30	30,3
51 a 60 anos	19	19,2
Mais de 60 anos	6	6,1
Total	99	100,0

A vinculação a alguma organização, na maioria das vezes, objetiva alcançar benefícios através da mesma. Dessa forma, dos 99 entrevistados, somente 20 produtores não estão vinculados a algum tipo de organização. Na pesquisa realizada, a vinculação à associações é predominante, com o registro de 43 casos, seguida de União de Moradores e Colônia de Pescadores apresentando sete casos cada uma, ocorrendo também vinculações a mais de uma organização com 15 casos, como demonstra a Figura 1. Com menor representatividade aparecem as vinculações à Grupo de Agricultores e a Sindicatos, com seis e uma ocorrência, respectivamente. Apesar do grande número de famílias associadas a alguma organização, poucos foram os benefícios alcançados através das mesmas, segundo os entrevistados. Dentre os benefícios alcançados estão estradas, energia, água, poço, assistência técnica, sementes e adubo.



Figura 1: Filiação a organizações

Sobre a participação dos produtores e familiares em atividade, treinamento e cursos promovidos nos últimos dois anos, dos produtores entrevistados, somente 55 haviam participado de alguma atividade, enquanto 44 não tinham tido acesso a nenhuma atividade promovida por órgãos afins. Segundo resultado obtido pela pesquisa, o órgão de maior alcance pelos agricultores familiares foi o IPR, seguido do SEBRAE e da Casa da Agricultura Familiar – CAF, como mostra a Figura. 2.

Vale ressaltar que, embora a UEMA tenha um quadro docente com profissionais vinculados a diversas áreas de conhecimento, bem como, uma infra-estrutura de laboratórios aptos à prestação de serviços a comunidade, a mesma, teve pouca atuação na promoção de eventos de capacitação e de cunho informativo para os produtores no Município de São Luís (Figura 2). Assim, a universidade tem muito a fazer em prol da melhoria da qualidade de vida do produtor familiar.

Observou-se que, existe um nível de desconfiança dos produtores entrevistados em relação à atuação dos órgãos governamentais, visto que muitas expectativas não foram concretizadas em experiências anteriores. Isto evidencia a necessidade urgente do estabelecimento de ações permanentes dessas instituições junto aos produtores familiares.

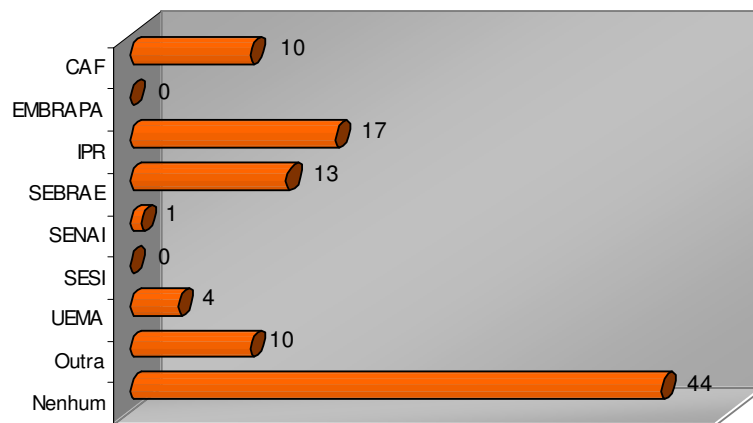


Figura 2: Participação dos produtores em eventos de capacitação

Como já citado, com o auxílio da ferramenta SISDAP, disponibilizada pelo IPR, foi possível aferir quantos dos entrevistados estavam vinculados ao PAA. Do total de entrevistados, 65 produtores não eram cadastrados e 34 eram cadastrados no PAA.

Ao observar a Figura 3 pode-se constatar que o PAA ainda não está atendendo toda a demanda de agricultores familiares interessados em acessar este programa, assim, havendo a necessidade de maior aporte de recursos financeiros e estímulo à organização e participação efetiva desses agricultores em suas organizações e instituições representativas que, neste caso, agem como meio de divulgação dessas políticas de acesso aos mercados institucionais.

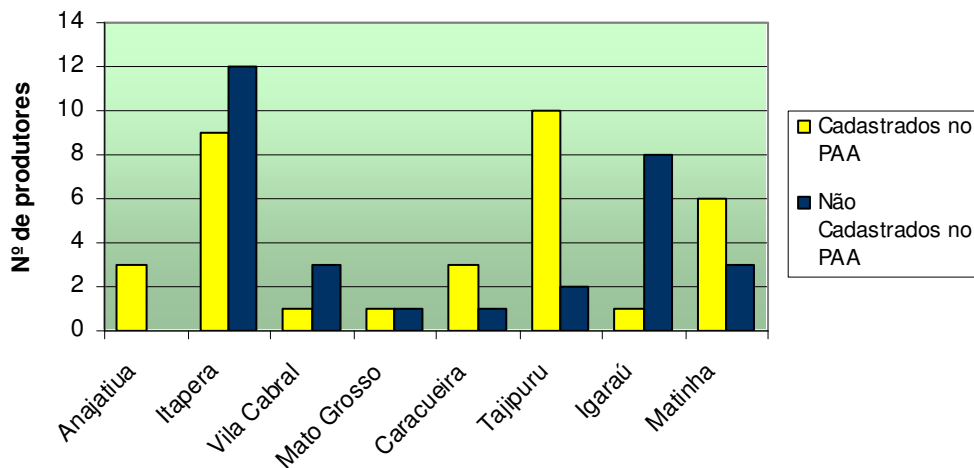


Figura 3: Produtores familiares entrevistados vinculados ao PAA

Até o segundo semestre de 2006, dos agricultores entrevistados, mais da metade (54) já tinham sido beneficiados com o sistema de crédito do PRONAF (Figura 4), empregando no custeio e no investimento em melhorias na infra-estrutura da unidade produtiva, na aquisição de sementes, insumos, canos para sistema de irrigação, ferramentas de trabalho e outros materiais, de acordo com relatos dos agricultores familiares. O PRONAF A disponibiliza para financiamento entre R\$ 3.000,00 e R\$ 9.500,00; no PRONAF B o limite de crédito é de R\$ 1.000,00 e no PRONAF C, o limite de financiamento é de no mínimo R\$ 5.000,00 e no máximo de R\$ 6.000,00 em cada safra (MDA, 2007). Pode-se constatar na Figura 4, que os produtores familiares dos povoados entrevistados tiveram mais acesso ao PRONAF B (36%), seguido do PRONAF A (15%).

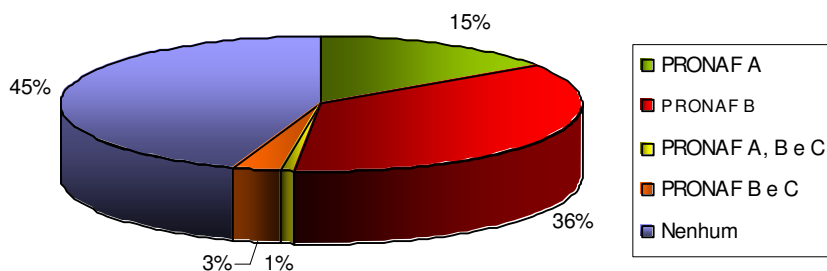


Figura 4: Produtores familiares entrevistados beneficiados pelo PRONAF

Considerando-se a condição econômica dos agricultores familiares, das famílias consultadas pelo grupo de pesquisa, 64,6% declarou receber algum tipo de benefício social, sendo 48,5% alcançado pelo Programa Bolsa Família, 11,14% recebe aposentadoria e 5,05% são contemplados pelos dois benefícios sociais. Em contrapartida, 35,4% dos entrevistados não recebem nenhum tipo de benefício social para a complementação da renda familiar.

4.2 Dos dados da unidade de produção

A questão da posse da terra, expressa na Figura 5, é complexa, principalmente quando está vinculada às condições sócio-econômicas das famílias de agricultores. O emprego de tecnologias insustentáveis (uso do fogo) e sistemas de produção com baixa capacidade de resposta econômica justifica-se em parte pela situação do lote, já que não há interesse por parte dos agricultores em investir em terras que não são de sua posse.

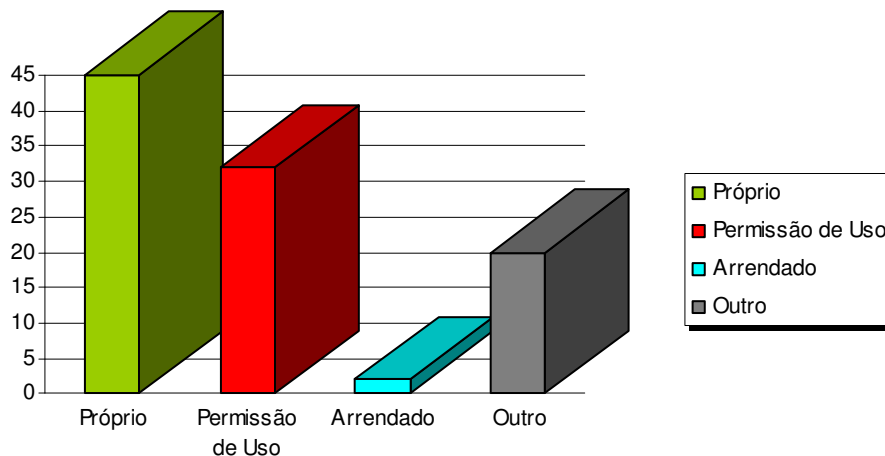


Figura 5: Situação legal do lote

Em relação às condições da moradia, 66,7% das famílias consultadas vivem em casas de telha e alvenaria, 15,2% em casas de telha e taipa e 18,2% moram em casas feitas de palha e taipa. Foi aferido também que 48 famílias produtoras moram no próprio lote e 51 moram no povoado próximo.

Um importante dado sobre a eletrificação rural foi constatado: 93,9% das moradias possuem energia, contra apenas 6,1% de imóveis ainda não alcançados por esse serviço.

Sobre as condições de acesso a água utilizada para a produção agropecuária, a pesquisa verificou que os lotes são servidos por diferentes fontes de água, como consta na Figura 6, destacando-se os poços artesanais. Neste aspecto vale ressaltar que apenas cinco das propriedades visitadas informaram terem acesso ao sistema de abastecimento público.

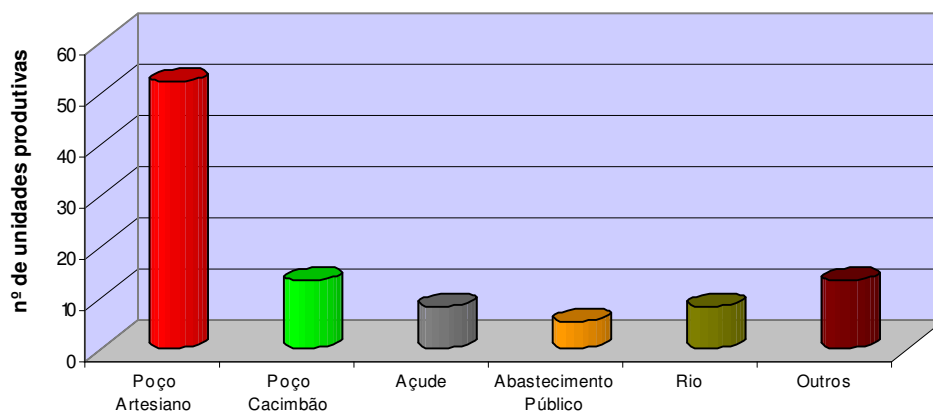


Figura 6: Acesso à água para a produção agropecuária

4.3 Dos dados da produção e comercialização

A agropecuária familiar oriunda do Município de São Luís caracteriza-se por sistemas de produção diversificados com diferentes níveis tecnológicos, conforme o tipo de cultura. A **Figura 7** visualiza a representatividade das atividades agropecuárias em relação ao valor comercializado total no período entre janeiro a novembro de 2006. O montante comercializado foi de R\$ 452.676,29. Vale destacar que a atividade da horticultura predominou sobre as demais, sendo responsável por mais da metade do valor total comercializado de alimentos, seguida da atividade da fruticultura, que representou quase um terço desse valor.

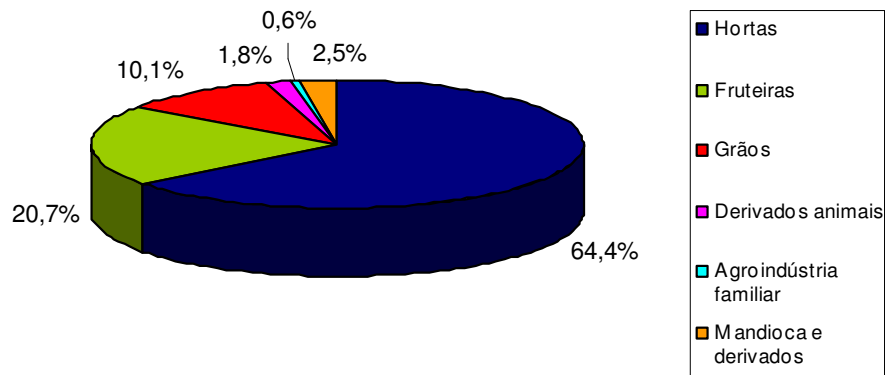


Figura 7: Composição da oferta por sistema produtivo

No que concerne ao zoneamento da produção hortifrutigranjeira nos diferentes povoados do Município de São Luís, a **Figura 8** mostra a representatividade das atividades em relação ao valor comercializado total. Vale ressaltar que o cultivo de hortaliças combinado ao cultivo de fruteiras e grãos predomina nos sistemas de produção experimentados nos dez povoados da amostra, sendo que em oito povoados, o cultivo de hortaliças respondeu por mais da metade do valor comercializado total. Por sua vez, a fruticultura predomina no povoado de Igarau enquanto a comercialização da mandioca in natura e processada consiste na principal atividade da Vila Cabral Miranda. Embora com menor representatividade, o cultivo de grãos tem menor participação na oferta de alimentos de cinco povoados.

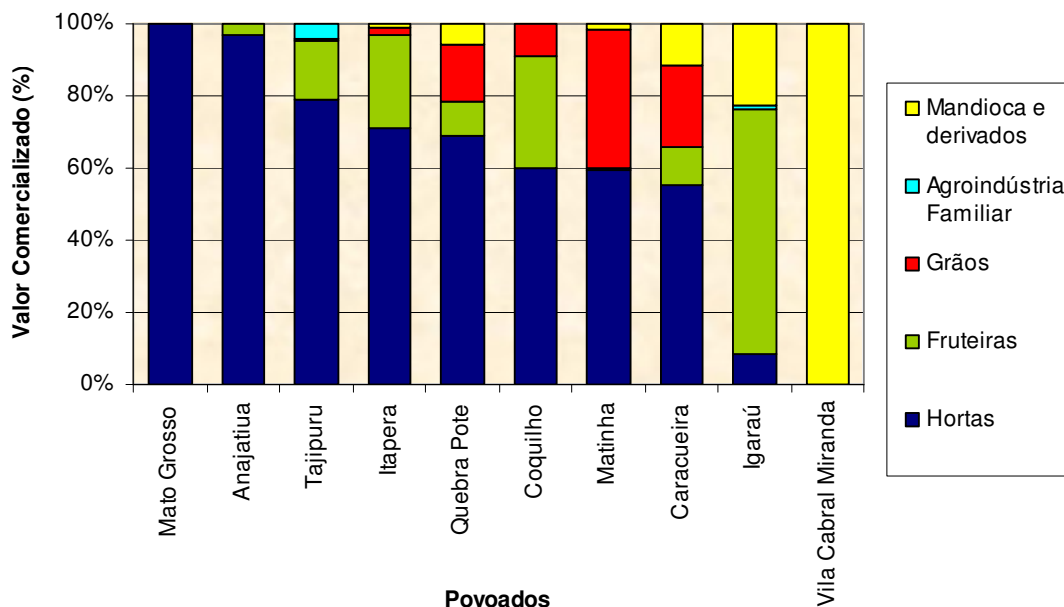


Figura 8: Porcentagem do valor comercializado por sistema de produção nos diferentes povoados

Em 2006, a atividade da fruticultura respondeu pelo montante comercializado de R\$ 93.480,48 estando envolvidos nessa atividade 43 produtores, como consta no Quadro 2. Foram identificados 11 tipos de frutas, entre nativas e cultivadas, com maior destaque para a comercialização de mamão que foi responsável por 54,5% do faturamento total desta atividade, permitindo também o maior valor médio comercializado por produtor, seguida da acerola com a participação de 22,0%.

Quadro 2: Oferta de frutas no Município de São Luís - MA

Produto	Valor comercializado (R\$)	Valor comercializado (%)	Valor médio comercializado por produtor (R\$)	Nº. de produtores
Mamão	50.930,05	54,48	2.122,09	24
Acerola	20.536,95	21,97	1.711,41	12
Maracujá	6.682,55	7,15	668,26	10
Banana	6.351,40	6,79	1.587,85	4
Sapoti	3.285,10	3,51	1.642,55	2
Caju	2.867,30	3,07	573,46	5
Limão	1.337,40	1,43	222,90	6
Goiaba	918,00	0,98	459,00	2
Manga	420,33	0,45	105,08	4
Murici	124,40	0,13	41,47	3
Sirigüela	27,00	0,03	27,00	1
Total	93.480,48	100,00	-	-

Verifica-se ainda que a cultura do maracujá forneceu 7,2% do valor das vendas de frutas, a banana com 6,8% (quatro produtores), o sapoti com 3,5% (dois produtores), o caju com 3,1% (cinco produtores) e os demais (limão, goiaba, manga, murici e sirigüela) correspondendo aos 3,0% restantes.

No que se refere à comercialização de hortaliças, conforme denota o Quadro 3, foram identificados 69 agricultores e o valor comercializado total foi de R\$ 291.537,05, sendo que a cultura do maxixe forneceu 22,0% do valor comercializado total desta atividade, proporcionando o maior valor médio comercializado por produtor.

Quadro 3: Disponibilidade de hortaliças no Município de São Luís - MA

Produto	Valor comercializado (R\$)	Valor comercializado (%)	Valor médio comercializado por produtor (R\$)	Nº de produtores
Maxixe	64.191,35	22,0	1.834,04	35
Quiabo	60.639,27	20,8	1.783,51	34
Pepino	33.476,90	11,5	1.673,85	20
Macaxeira	31.432,30	10,8	982,26	32
Milho	27.559,14	9,4	1.148,30	24
Vinagreira	22.850,21	7,8	1.038,65	22
Pimenta	13.823,99	4,7	601,04	23
Feijão Verde	9.656,37	3,3	877,85	11
Berinjela	8.723,20	3,0	1.246,17	7
Jongome	4.758,14	1,6	297,38	16
Pimentão	4.508,70	1,6	346,82	13
Tomate	2.832,00	1,0	1.416,00	2
Cebolinha	1.621,50	0,6	270,25	6
Coentro	1.449,50	0,5	289,90	5
Jiló	1.356,14	0,5	678,07	2
Melancia	1251,8	0,4	417,27	3
Couve	848,64	0,3	169,73	5
Alface	557,90	0,2	185,97	3
Total	291.537,05	100,0	-	-

A oferta de grãos nos povoados estudados representa 10,1 % do valor total comercializado de alimentos, que foi de R\$ 452.676,29 (Figura 7). Nessa atividade foi identificado somente um tipo de grão, tendo sido este o feijão, que foi responsável por R\$ 45.752,23 distribuídos entre 31 agricultores.

A agroindústria familiar foi outra atividade também experimentada nos povoados, apesar de ser ainda bem pouco expressiva. Para Costa (2004) é comum as pessoas não se darem conta de que a transformação da produção é uma atividade inteiramente nova e sobre a qual não têm experiência acumulada e que na maioria das vezes esse beneficiamento da produção só é viável quando é comunitário. Nessa perspectiva, esta atividade participou apenas com 0,6% do valor total comercializado (Figura 7) equivalente a R\$ 2.500,33, envolvendo sete produtores. Os produtos agroindustrializados são geralmente processados a partir da produção de frutíferas cultivadas e nativas. São predominantemente polpas de frutas, distribuídas entre polpa de acerola com 37,1%, polpa de cajá com 1,4%, polpa de caju com 7,7% e polpa de buriti com 44,6%, somando o montante de R\$ 2.270,83, equivalente a 90,8% do valor comercializado total dos produtos agroindustrializados, como mostra o Quadro 4.

Quadro 4: Oferta de produtos agroindustrializados no Município de São Luís - MA

Produto	Valor comercializado (R\$)	Valor comercializado (%)	Valor médio comercializado por produtor (R\$)	Nº de produtores
Polpa de acerola	927,83	9,07	309,28	3
Polpa de buriti	1.115,00	0,35	557,50	2
Polpa de caju	192,00	1,88	192,00	1
Azeite de coco	150,00	10,90	150,00	1
Massa de coco	54,50	0,24	54,50	1
Polpa de cajá	36,00	0,53	36,00	1
Bombom de buriti	25,00	1,47	25,00	1
Farinha de mandioca	7728,5	75,56	1104,07	7
Total	2.500,33	100,0	-	-

A oferta de mandioca e de seus derivados soma um total comercializado de R\$ 11.128,00, representando 2,5% do valor total comercializado de alimentos pelos produtores dos povoados estudados (Figura 7). Essa atividade envolveu 12 produtores. Em relação ao valor total de comercialização da mandioca e seus derivados, a venda de mandioca in natura representou 30,6% e a farinha de mandioca representou 69,4%.

De acordo com a avaliação da pesquisa realizada nos povoados, a pecuária não é uma atividade muito expressiva, devido aos altos custos de produção. Somando os produtos de todas as espécies animais citadas, obteve-se R\$ 8.278,20 na comercialização (Quadro 5), o que representa 1,8% do valor total comercializado de alimentos pelos produtores (Figura 7). Destaca-se a oferta de carne suína (59,5%) com oito produtores, seguida de dois com bovinos (21,0%).

Quadro 5: Disponibilidade de produtos da pecuária no Município de São Luís - MA

Produto	Valor comercializado (R\$)	Valor comercializado (%)	Valor médio comercializado por produtor (R\$)	Nº de produtores
Carne suína	4.921,80	59,5	615,23	8
Carne bovina	1.742,40	21,0	871,20	2
Carne de frango	928,00	11,2	464,00	2
Carne de pato	650,00	7,9	325,00	2
Carne de bode	36,00	0,4	36,00	1
Total	8.278,20	100,0	-	-

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função de muitas expectativas não terem sido concretizadas em experiências anteriores houve um nível de desconfiança dos produtores entrevistados em relação à atuação dos órgãos governamentais, evidenciando a necessidade urgente do estabelecimento de ações permanentes dessas instituições junto aos produtores familiares.

Os resultados da pesquisa demonstraram que o acesso aos serviços públicos tais como abastecimento de água e energia elétrica por parte dos produtores familiares tem sido insipiente. Por outro lado, metade dos produtores entrevistados teve acesso ao sistema de crédito rural (PRONAF) e aos mercados institucionais de alimentos, por meio do Programa Compra Direta Local.

Ressalta-se ainda que, os preços praticados pelo PAA são superiores aos das feirinhas (realizadas nos bairros) que tomam como referência a Feira do João Paulo (maior feira da cidade de São Luís). O PAA tornou-se uma das principais fontes de financiamento

dos mercados institucionais. Os agricultores entrevistados demonstraram satisfação com o programa, no entanto, apontaram alguns problemas relacionados à implementação do programa, tais como: o baixo valor da quota de vendas por produtor e o atraso no pagamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANUTO, J. C. Metodologia da Pesquisa Participativa em Agroecologia. In: MOURA, E. G. e AGUIAR, A. C. F. **O desenvolvimento rural como forma de ampliação dos direitos no campo: Princípios e Tecnologias**. 1ª ed São Luís: Estação Produções Ltda, 2006. v.2. p. 65-82.
- COSTA, Ricardo. Comercialização e transformação da agricultura familiar: alguns pontos a discutir. In: KÜSTER, A. e MAR, J. F., Orgs. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. 2ª ed. Fortaleza: Konrad-Adenauer-Stiftung, DED. p. 67-74. 2004.
- DIXIE, G. **Guía de extensión en comercialización: Comercialización de productos hortícolas**. Roma: FAO, 2006. 156 p.
- INSTITUTO DO AGRONEGÓCIO DO MARANHÃO – INAGRO/MA. **Pesquisa: Hortifrutigranjeiros: Região Metropolitana de São Luís (MA)**. São Luís: Inagro, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **São Luís-MA**. Acesso em 16 mai. 2007 Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/ SAF/ PRONAF Ações do Pronaf. Acesso em 16 mai. 2007 Disponível em <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=1309>.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Os alimentos da agricultura familiar no combate à fome**. Acesso em 16 mai. 2007 Disponível em <http://www.agricultura.gov.br>.